

Anexo

PREMISSAS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA OVERHAUL (MANUTENÇÃO PREVENTIVA / CORRETIVA) DE COMPRESSOR DO TIPO PARAFUSO EM 01 (UMA) UNIDADE RESFRIADORA DE LÍQUIDO (CHILLER) DO PAVILHÃO ICTB – CAMPUS MANGUINHOS - RJ

O objetivo do presente documento é apresentar ao Serviço de Gestão de Compras aspectos importantes a serem observados em relação a temas pontuais do Edital.

OBJETO PARA ABERTURA DE PROCESSO:

A Contratação de Serviço de Engenharia para Overhaul (Manutenção Preventiva) de Compressores do Tipo Parafuso em Unidades Resfriadoras de Líquido (Chillers), no Edifício Sede do ICTB (Pavilhão 41), na Avenida Brasil, nº 4.365, Manguinhos – RJ.

1. DOS PRAZOS

Recomendamos que o prazo de vigência do contrato seja igual ao prazo de execução, conforme o cronograma físico-financeiro, somado de mais 4 meses, ou 120 dias, de modo a se viabilizar o recebimento do objeto, segundo o § 3º do art. 73 da Lei 8666/93, bem como os necessários procedimentos administrativos para emissão da Ordem de Serviço do mesmo.

Vistoria

A exigência de Visita Técnica é para somar e constatar in loco as informações que recebeu através dos documentos técnicos do Edital em referência e assegurar que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Como o objeto a ser licitado é para atividade de **serviço de engenharia**, se faz necessário que o profissional indicado pelo licitante seja capacitado, e tenha comprovação e reconhecimento do exercício profissional, que é feito através de documento emitido pelo **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA**.

A fim de melhor entendimento da questão, segue trecho da orientação do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Sergipe – SINDUSCON – SE, para Visita Técnica, contendo a mesma concepção anteriormente descrita, a saber:



“Visita Técnica - A lei federal 8666/93 dispõe sobre o atestado de visita técnica no artigo 30, inciso III, onde este se encaixa como documento relativo à qualificação técnica de comprovação, pelo órgão licitante, no qual se demonstra que a empresa licitante tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. Contudo, a referida norma não prevê determinadas especificidades para realização da visita técnica, como as seguintes:

- Quem pode realizar a visita técnica?
- Qual o período para realização da visita técnica?

A visita técnica pode ser feita por qualquer pessoa, leiga ou profissional, independente de vínculo com a empresa licitante, desde que o edital não exija a presença de engenheiro habilitado para determinada especialidade e que seja empregado da empresa. Entretanto, recomenda-se que seja enviado para efetuar a vistoria no lugar das obras a ser executadas um profissional devidamente inscrito no CREA e que pertença à equipe técnica da empresa ou que possua procuração desta última. Esta atitude é um meio de cautela, uma vez que esta visita atesta que o local se encontra em perfeitas condições para execução do serviço a ser contratado e qualquer ocorrência posterior referente ao estado do local não poderá ser questionada futuramente.

Ressalta-se que se houver no instrumento editalício previsão da presença de engenheiro habilitado e que possua vínculo empregatício com a empresa licitante, deverá ser cumprida a exigência. Assim, só o que constar no edital deve ser rigorosamente obedecido.

No que se refere ao pré-estabelecimento no edital de data para a visita técnica, é plenamente possível que o órgão licitante determine dia e hora para a realização desta. Havendo qualquer impedimento da empresa em não poder se dirigir ao local para atestar as condições, é aconselhável que se comunique.”

http://www.sinduscon-se.com.br/sinduscon/interna.wsp?tmp_page=interna&tmp_codigo=483&tmp_secao=2

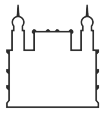
*A orientação em relato está em consonância com o Acórdão 785/2012- TCU – Plenária.

Será facultada vistoria técnica prévia no local de prestação do serviço, a fim de garantir o conhecimento do empreendimento o licitante tem a opção de realização da Visita Técnica ou se abster da mesma.

Para os optantes pela abstenção de vistoria, deverá formalizar a opção através de declaração de abstenção de vistoria, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier a firmar, conforme modelo constante no edital, com base no Acórdão 234/2015 - Plenário TCU.

Para os optantes pela visitação ao local da obra, é necessário agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão 1842/2013-Plenário – TCU, e deverá estar com o atestado de visita, conforme modelo constante do edital.

Os serviços serão executados no Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Manguinhos - RJ, na Avenida Brasil, nº 4.365 em Manguinhos, Rio de Janeiro.



2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL PROPORCIONAL À EXECUÇÃO FINANCEIRA DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

Recomendamos o estabelecimento de critérios objetivos de medição para a administração local, caso se aplique, estipulando pagamentos proporcionais a execução financeira da obra ou serviço de engenharia, de acordo com a legislação vigente.

Conforme o Acórdão Nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no item 9.3.2.2. temos:

[...] estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

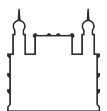
3. DO CRITÉRIO PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS

As alterações contratuais decorrentes de alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação dos limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Apenas as imprecisões quantitativas de itens de serviço materialmente relevantes, superiores a 10% do quantitativo do item previsto no orçamento, poderão ensejar a celebração de termo aditivo de acréscimo.

OBSERVAÇÃO: A redação acima se baseia nas orientações emanadas do Acórdão TCU 1.977/2013 – Plenário, que estabelece diretrizes para adoção do regime de empreitada por preço global. A estipulação de percentual visa tornar objetivas as situações ensejadoras de termos aditivos por “erro de projeto”, dado que pequenas imprecisões devem ser suportadas financeiramente pela Contratada, em virtude da álea ordinária ínsita ao regime adotado.

A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, exceto em casos excepcionais e devidamente justificados, para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora diante da proposta da segunda colocada na licitação e observados, nos custos unitários dos aditivos contratuais, os limites estabelecidos para os custos unitários de referência (art. 14, parágrafo único, do Decreto 7.983, de 2013).



4. GARANTIA

Para execução do serviço recomendamos a prestação da garantia contratual, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, ressalvado o previsto no parágrafo 3º do Art. 56 da Lei 8666/93.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Recomendamos que os seguintes critérios relacionados à GARANTIA sejam considerados no Edital:

- A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando a FIOCRUZ autorizada a executá-la para cobrir multas, indenizações a terceiros e pagamentos de qualquer obrigação, inclusive no caso de rescisão.
- Caso a Contratada opte por prestar garantia na forma de Seguro Garantia, a apólice deve garantir o pagamento de quaisquer das multas contratuais previstas na Lei no 8.666/93.
- Caso a garantia, ou parte dela, seja utilizada em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas contratuais ou indenização a terceiros, a Contratada obriga-se a repô-la ou complementá-la, no valor correspondente ao efetivamente utilizado, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data em que for notificada.
- A garantia deve ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei 8.666, de 1993, sendo vedada a colocação de cláusula excludente de qualquer natureza.

5. DA GARANTIA ADICIONAL

Conforme a lei 8.666, solicitamos que seja considerado no edital uma cláusula que verse sobre propostas que sejam próximas ao limite da inexecutabilidade, de acordo com o art. 48:

Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º no art. 48 da referida lei, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

A garantia a que se refere este item será liberada e/ou restituída após a comprovação do cumprimento e aceitação definitiva do objeto do Contrato.

6. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O fiscal do contrato será nomeado por portaria após a assinatura do contrato.

Recomendamos que os seguintes critérios relacionados à FISCALIZAÇÃO sejam considerados no Edital:

- A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem implica em corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o Contrato e/ou com as disposições constantes neste Edital e de seus Anexos.
- Será comunicado à CONTRATADA, por escrito, as deficiências ou irregularidades porventura verificadas pela fiscalização, cabendo a mesma sua imediata correção ou adequação, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- A CONTRATADA se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE quanto à execução dos SERVIÇOS, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

7. SUBCONTRATAÇÕES

Recomendamos que não seja permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto, conforme previsto no Art. 72 da Lei 8.666/93.

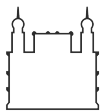
8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Recomendamos que seja considerado no Edital o seguinte apontamento:

A CONTRATADA obriga-se a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais relativas à sua profissão, incluída as respectivas ART's dos profissionais ora envolvidos no presente contrato em um prazo máximo de 10 dias contados a partir da data de assinatura do contrato. Em caso de substituição do profissional após o início do projeto, a CONTRATADA se obriga a apresentar as ART's dos novos profissionais em substituição ao profissional anterior em um prazo máximo de 10 dias após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

9. DO PAGAMENTO - CONDICIONANTE

A apresentação e devidas atualizações das ART's relacionadas a execução do objeto são condicionantes para o pagamento das parcelas do contrato.



10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA SERVIÇOS CONTRATADOS

10.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

Buscando aferir a experiência da Empresa Licitante será requerido: Atestado(s) em seu nome, considerando características, quantidades, prazos e níveis de satisfação que evidenciem que a licitante já realizou objeto semelhante ao que está sendo licitado.

Na Capacitação Técnica deve-se considerar o Acórdão no 128/2012 do TCU bem como a Decisão Normativa CONFEA no 085/2011 que aprova a Resolução CONFEA no 1.025/2009.

- **Serviço de manutenção de compressores do tipo parafuso em unidades resfriadoras de líquido.**

10.2. Qualificação técnico-profissional

Para atendimento à qualificação técnico-profissional, será exigida comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissionais de nível superior, detentores de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrados no conselho profissional competente, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico, expedidas pelo conselho profissional, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos.

- **Engenheiro Mecânico** comprovando experiência em **serviço de manutenção de compressores de refrigeração do tipo parafuso em Unidades Resfriadoras de Líquido (Chillers).**

DESCRIÇÃO DO OBJETO: Contratação de Serviço de Engenharia para Overhaul (Manutenção Preventiva) de Compressores do Tipo Parafuso em Unidades Resfriadoras de Líquido (Chillers), em Prédios no Campus da Fiocruz, constando de: Revisão de compressor: recolhimento de fluído, desmontagem de compressor, transporte vertical e horizontal, com substituição e limpeza de peças, revisão elétrica, vácuo e pressurização, transporte vertical e horizontal, remontagem, procedimento de vácuo e carga, partida dos equipamentos e fornecimento de garantia.

.Atenciosamente,